



CONSELHO NACIONAL
PROCURADORES-GERAIS
MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO



REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-
CNPG – 31-07-2015

ATA 08/2015

1 Aos 31 dias do mês de julho do ano de dois mil e quinze, às 14:00 horas, no auditório do Anexo I,
2 do Edifício-Sede do Ministério Público do Acre, em Rio Branco – AC, em Reunião do Conselho
3 Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União – CNPG,
4 estiveram presentes os Excelentíssimos (as) Senhores (as): Dr. Lauro Machado Nogueira,
5 Procurador-Geral de Justiça do Estado de Goiás, Presidente em exercício do CNPG; Dr. Oswaldo
6 D’Albuquerque Lima Neto, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Acre; Dr. Sérgio Rocha
7 Cavalcanti Jucá, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Alagoas; Dr. Roberto da Silva Álvares,
8 Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amapá; Dr. Carlos Fábio Braga Monteiro, Procurador-
9 Geral de Justiça do Estado do Amazonas; Dr. Márcio José Cordeiro Fahel, Procurador-Geral de
10 Justiça do Estado da Bahia; Dr. Josemar Moreira, Subprocurador-Geral de Justiça do Estado do
11 Espírito Santo; Dr. Luiz Alberto Steves Escalope, representando o Dr. Paulo Roberto Jorge do
12 Prado, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Mato Grosso; Dr. Nelson Antônio Cavalcante
13 Lemos, representando o Dr. Bertrand de Araújo Asfora, Procurador-Geral de Justiça do Estado da
14 Paraíba; Dr. Jorge de Mendonça Rocha, representando o Dr. Marcos Antônio Ferreira das Neves,
15 Procurador-Geral de Justiça do Estado do Pará; Dra. Selma Sauerbronn, representando o Dr.
16 Leonardo Roscoe Bessa, Procurador-Geral de Justiça do MPDFT; Dr. Fernando Barros de Lima,
17 representando o Dr. Carlos Augusto Arruda Guerra de Holanda, Procurador-Geral de Justiça do
18 Estado de Pernambuco; Dr. Eduardo Lima Veiga, representando o Dr. Marcelo Lemos Dornelles,
19 Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul; Dr. Airton Pedro Marin Filho,
20 Procurador-Geral de Justiça do Estado de Rondônia; Dra. Elba Christine Amarante de Moraes,
21 Procuradora-Geral de Justiça do Estado de Roraima; Dr. Paulo Lima de Santana, representando o
22 Dr. José Rony Silva Almeida, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Sergipe; Dr. Marcelo
23 Weitzel Rabello de Souza, Procurador-Geral de Justiça do MPM; Dr. Luís Antônio Camargo de
24 Melo, Procurador-Geral de Justiça do MPT; Dr. Francisco José Maia Guedes, representando a
25 Dra. Norma Angélica Reis Cavalcanti, Presidente da CONAMP; Dr. Marcelo Ferra de Carvalho,
26 Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público; Dr. Cláudio Portela, Conselheiro do
27 Conselho Nacional do Ministério Público; Dr. Jeferson Pereira, Conselheiro do Conselho
28 Nacional do Ministério Público; Dra. Roberta Pondé Amorim de Almeida, Secretária-Executiva
29 do CNPG. **INICIADOS OS TRABALHOS:** foi aprovada, por unanimidade, a ata relativa à
30 reunião ordinária do dia 22 de junho de 2015; de início, o Presidente reforçou o convite a todos
31 para a posse solene a ser realizada em 21 de agosto, em Goiânia-GO; em seguida, comunicou
32 acerca do encaminhamento de ofícios para levantamento de dados relativos às fontes de captação
33 orçamentária dos MPs, conforme solicitação do Dr. Airton Pedro Marin Filho, exortando-os a
34 responderem com brevidade; foram repassadas informações atualizadas acerca da implantação das
35 audiências de custódia pelo país, bem como sobre o andamento de termo de cooperação a
36 submetido ao plenário do CNPG, que visa firmar convênio com o Ministério do Desenvolvimento
37 Agrário para a realização de ações destinadas à proteção dos bens, valores e direitos relativos às
38 máquinas e equipamentos doados às prefeituras no âmbito do Programa de Aceleração do

[Handwritten initials]

[Handwritten signatures and initials]

[Handwritten signatures and initials]



REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-
CNPG – 31-07-2015

ATA 08/2015

1 Crescimento. Foi repassada aos presentes, também, a resposta do Senador Fernando Collor acerca
2 do PLS nº 141/2014, que trata das atribuições do Conselho de Gestão Fiscal. Em seguida, foram
3 registradas as presenças dos Conselheiros do CNMP, Drs. Cláudio Portella, Marcelo Ferra e
4 Jeferson Coelho, tendo este último feito um breve balanço dos quatro anos em que esteve no
5 cargo, sendo saudado pelo Presidente pelo trabalho desenvolvido no CNMP. Passou-se, então, a
6 palavra ao Dr. Luiz Camargo que, após saudações, informou da remessa a todos de livro sobre a
7 história do MPT – “Jornada de Trabalho”, tendo o Presidente registrado ser esta a última reunião
8 do CNPG de que participa o representante do MPT, agradecendo-o pelo empenho e pelo trabalho
9 desenvolvidos no colegiado. Passando à pauta de deliberações, o Presidente ponderou sobre a
10 conveniência de ser encaminhado ofício ao Procurador-Geral da República sugerindo maior
11 intercâmbio de informações entre as assessorias de controle de constitucionalidade daquele órgão
12 e das Procuradorias-Gerais de Justiça, visando trabalho conjunto e, ainda, buscando evitar
13 ocorrência de duplicidade de ações na hipótese de a representação ser endereçada diretamente
14 pelo órgão de execução para o Procurador-Geral da República. Sobre a questão, o Dr. Marcelo
15 Weitzel ressaltou a necessidade de preservação da unidade institucional, ao passo que o Dr.
16 Airtton Pedro Marin Filho, após citar caso em que se verificou duplicidade de ações em questão
17 afeta ao MPRO, pontuou que ocorrências tais causam enfraquecimento não das Procuradorias-
18 Gerais em si, mas da própria Instituição. Ainda sobre o tema, o Dr. Marcelo Ferra ressaltou que
19 no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público está em estudo edição de resolução que
20 trata de recomendações em procedimentos extrajudiciais, visando regulamentar as atribuições
21 para expedição de atos tais. Por fim, o plenário, por unanimidade, deliberou no sentido de
22 encaminhamento do ofício à PGR, nos termos sugeridos pela Presidência. Passando para o
23 segundo item da pauta, foram distribuídos dois modelos de atos para implantação dos Núcleos de
24 Mediação de Conflitos, um do MPRO e outro do MPAC, em razão da regulamentação da questão
25 por parte do CNMP. Dando prosseguimento à reunião, foi proferida palestra pelo Vice-Presidente
26 da Federação Nacional dos Policiais Federais, Dr. Luís Antônio de Araújo Boudens, sobre o tema
27 “Modelo de Investigação Policial e o Ministério Público”. Em seguida, foi dada a palavra ao Dr.
28 Osvaldo D’Albuquerque Lima Neto, que apresentou requerimento de membro do MPAC no qual
29 solicita expedição de ofício aos Tribunais de Justiça de cada unidade da federação para assegurar
30 que “valores decorrentes das transações penais ou sentenças condenatórias atinentes à tutela do
31 meio ambiente tenham como destino o efetivo custeio de medidas protetivas e de valia ao meio
32 ambiente”, nos termos da decisão do Conselho Nacional de Justiça, proferida em pedido de
33 providências 0002460-96.2014.2.00.0000. Sobre a questão, o Conselheiro Cláudio Portella
34 ponderou que há proposta de regulamentação da matéria em trâmite no CNMP. O Presidente
35 salientou que o CNJ expediu resolução, de nº 154/2013, que trata da destinação de tais verbas, ato
36 este que vem sendo questionado pelo MPRO, por inconstitucionalidade, justamente por afrontar
37 prerrogativa inerente à atuação do Ministério Público. Informou o Presidente que a Procuradoria
38 Geral de Justiça do Estado de Goiás e de outros Estados já representaram à PGR, visando ver

g

M. P. F. G. O. J. S. D. A. F. R. A. S. M. S. M. S. M. S.

ho
M. P. F. G. O. J. S. D. A. F. R. A. S. M. S. M. S. M. S.



REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-
CNPG – 31-07-2015

ATA 08/2015

1 declarada a inconstitucionalidade da norma editada pelo CNJ, razão por que o pleito do membro
2 do MPAC vem de encontro ao entendimento até aqui defendido pelo Ministério Público. Ato
3 contínuo, o plenário indeferiu o pleito de oficiamento aos Tribunais de Justiça para que
4 determinem a forma de aplicação de tais verbas, por unanimidade. Dando continuidade aos
5 trabalhos, o Conselheiro Cláudio Portela falou sobre o evento denominado Encontro do Conselho
6 Nacional do Ministério Público e Ministério Público Brasileiro – Repensar o MP como agente de
7 transformação social –, que ocorrerá em agosto, em Brasília – DF, exortando a todos a
8 participarem, e apresentou pesquisa sobre a imagem do Ministério Público, encomendada pelo
9 CNMP. Por fim, eu, Roberta Pondé Amorim de Almeida, Secretária-Executiva do CNPG, lavrei
10 esta ata, a qual vai assinada por mim e pelos integrantes do Conselho Nacional de Procuradores-
11 Gerais de Justiça do Ministério Público dos Estados e da União presentes.

The lower half of the page contains numerous handwritten signatures in black ink. The signatures are of various styles, some appearing to be initials or full names. There are also some handwritten notes and scribbles interspersed among the signatures. A large, stylized signature is visible on the right side, and another one is at the bottom right. The overall appearance is that of a formal document with multiple signatories.